



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA ADMISSÃO, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, DE  
ESTAGIÁRIOS DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA DA SUBSEÇÃO  
JUDICIÁRIA DE ITAITUBA**

**PROVA OBJETIVA E DE REDAÇÃO**

**Nome do Candidato:** \_\_\_\_\_

**Nº Inscrição:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES:**

- Verifique se esta prova contém 20 questões (10 de Noções de Direito Administrativo e 10 Noções de Direito Constitucional) e 01 tema para Redação.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.
- A lista de presença deve, obrigatoriamente, ser assinada.
- Você deve procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo. Verificar na prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu e marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E

**ATENÇÃO:**

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a FOLHA DE RESPOSTAS e discorrer a redação.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. Não será permitido ao candidato levar o caderno de provas.
- **Será eliminado** do Processo Seletivo o candidato que:
  - ✓ Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, telefones celulares, paggers, walkmans, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
  - ✓ Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento do fiscal ou portando a FOLHA DE RESPOSTAS.
- Reserve tempo para marcar sua FOLHA DE RESPOSTAS das questões e da redação. Os rascunhos e as marcações assinaladas na prova não serão levados em conta.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS**

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**01- Assinale a alternativa que contém todos os princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mencionados no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira.**

- (A) Probidade administrativa, eficiência dos serviços públicos e moralidade.
- (B) Eficiência, Legalidade, probidade, moralidade, e assiduidade dos servidores públicos.
- (C) Publicidade, legalidade e moralidade.
- (D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) Moralidade, legalidade e publicidade.

**02- Em um ato administrativo, o poder atribuído ao agente da Administração para desempenhar suas funções diz respeito ao requisito:**

- (A) Finalidade.
- (B) Forma.
- (C) Motivo.
- (D) Competência.
- (E) Objeto.

**03- “É o princípio que se traduz na ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações ou benefícios ou detrimentos. Nem favoritismos, nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie”. O trecho anterior descreve o princípio da Administração Pública denominado:**

- (A) Impessoalidade.
- (B) Motivação.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Supremacia do interesse público.
- (E) Boa administração.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

**04- De acordo com a Lei 8.027/1990 (Código de Ética dos Servidores Públicos), são deveres dos servidores públicos civis:**

- (A) Utilizar recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- (B) Manter conduta incompatível com a moralidade pública.
- (C) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- (D) Atuar como intermediário junto a repartições públicas, para a defesa de interesses particulares.
- (E) Retirar, sem prévia autorização, por escrito da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

**05- Podem praticar atos de improbidade administrativa:**

- (A) Instituições públicas e terceiros assim considerados por sentença judicial.
- (B) Apenas agentes públicos.
- (C) Instituições e agentes públicos.
- (D) Instituições públicas.
- (E) Agentes públicos e terceiros, na forma da lei.

**06- Sobre improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), assinale a alternativa correta:**

- (A) Se alguém faz uma representação à autoridade administrativa, para que apure denúncia de improbidade, e essa representação é rejeitada por ausência de alguma formalidade exigida na lei, ela não poderá ser levada ao Ministério Público.
- (B) É permitida a transação, o acordo ou a conciliação nas ações judiciais de improbidade administrativa.
- (C) É facultada a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei, quando não atuar no processo como parte.
- (D) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (E) A aplicação de sanções por improbidade administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

**07- Assinale a alternativa que caracteriza o exercício do poder disciplinar pela Administração Pública:**

- (A) Fechamento do estabelecimento comercial por falta de higiene.
- (B) Punição de servidor por descumprimento de seus deveres funcionais.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

- (C) Desapropriação de imóvel por interesse público.
- (D) Fixação de taxa para prestação de serviço de coleta de lixo.
- (E) Fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal em bares e restaurantes.

**08- Os atos administrativos, segundo o Professor Hely Lopes Meirelles, são “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos seus administrados ou a si própria”. Nesse sentido, constituem-se requisitos do ato administrativo:**

- (A) Presunção de Legitimidade, autoexecutoriedade e a competência.
- (B) Imperatividade ou coercibilidade, exigibilidade e a tipicidade.
- (C) Discricionariedade, motivo, objeto e a forma.
- (D) Competência, finalidade, motivo, objeto e a forma.
- (E) Presunção de Legitimidade, autoexecutoriedade e a finalidade.

**09- O chefe de uma determinada repartição pública fiscaliza permanentemente os atos praticados pelos seus agentes subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais. Trata-se de típico exemplo de poder.**

- (A) Disciplinar.
- (B) Normativo.
- (C) Hierárquico.
- (D) De polícia.
- (E) Regulamentar.

**10- Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:**

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (B) O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) Poderão perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.
- (D) Em nenhuma hipótese o servidor estável poderá perder o cargo, pois se aprovado em concurso público adquire o direito vitalício de permanecer na Administração.
- (E) O servidor público estável pode ser destituído do cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**11- Segundo a Constituição Federal/88, são órgãos da Justiça Federal:**

- (A) Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Estaduais.
- (B) O Conselho Nacional do Ministério Público e o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
- (D) O Ministério Público Federal e o Departamento da Polícia Federal.
- (E) O Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

**12- São direitos sociais, dentre outros, previstos na Constituição Federal:**

- (A) A educação, a saúde, o trabalho, a liberdade e a segurança.
- (B) A educação, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida e a proteção à maternidade e à infância.
- (C) O trabalho, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.
- (D) Igualdade de direitos entre homens e mulheres.
- (E) A educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e a moradia.

**13- São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si:**

- (A) O Judiciário, o Complementar e o Disciplinar.
- (B) O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministerial.
- (C) O Hierárquico, o Regulamentar e o Disciplinar.
- (D) O Regulamentar, o Nacional e o Militar.
- (E) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**14- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo:**

- (A) Tráfico de drogas.
- (B) Tortura.
- (C) Racismo.
- (D) Terrorismo.
- (E) Nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

**15- Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que:**

- (A) Alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) Houver interesse em proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) A falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) For negado o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) For preciso para realizar a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

**16- São órgãos do Poder Judiciário:**

- (A) Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos Estaduais e Federal.
- (B) O Ministério Público Federal, Ministérios Públicos dos Estados e os Ministérios da Justiça e da Defesa.
- (C) O Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal.
- (D) O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (E) Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, a Polícia Federal e Civil, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

**17- De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, em atenção às normas de proteção aos direitos humanos, não haverá pena(s), EXCETO:**

- (A) De morte.
- (B) De caráter perpétuo.
- (C) De trabalhos forçados.
- (D) Cruéis.
- (E) Privativa de liberdade.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

**18- A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos dentre outros:**

- (A) A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Independência nacional, prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos.
- (D) Igualdade entre os Estados, defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos.
- (E) Repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

**19- A Constituição Federal reconhece expressamente a instituição do júri popular, com a organização que lhe der a lei, não assegurando:**

- (A) A plenitude de defesa.
- (B) O sigilo das votações.
- (C) A irrecorribilidade de suas decisões.
- (D) A soberania dos veredictos.
- (E) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

**20- Conforme previsto na CF/88, aos juízes são assegurados os seguintes direitos, EXCETO:**

- (A) Vitaliciedade.
- (B) Isenção de pagamento de imposto de renda.
- (C) Inamovibilidade.
- (D) Irredutibilidade de subsídio.
- (E) Promoção na carreira, considerando os critérios de antiguidade e merecimento.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAITUBA

---

---

---

---

---

---

